



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Liderança do PMDB vota o respeito merecido à Anistia Internacional, pelo desempenho dessa entidade na defesa dos direitos humanos onde quer que sejam eles violados. No entanto, isto não impede que se identifique uma demasia quando representantes dessa organização, autorizados ou não, consideram que o Brasil pode ser suspeitado de violação de direitos humanos e adota uma atitude quase que de tutela em relação ao processo democrático em nosso País.

Na reação a essa atitude, assiste inteira razão ao Ministro Paulo Brossard: “violação de direitos humanos, em nosso País, não constitui questão de Estado. Se ocorrer, será circunstrita à esfera da lei penal, no excesso de autoridade de um agente, que a pode praticar sob sua estrita responsabilidade”.

Isto não se confunde, é claro, com tempos tão recentes vividos pelo nosso País, quando a violação dos direitos humanos era quase que monopólio estatal.

Hoje, como política de Governo, o que se tem é o oposto: o respeito aos direitos humanos. E qualquer violação que ocorrer, como disse, será na esfera da ação criminal, através de um cidadão que eventualmente detenha cargo de autoridade pública. Entretanto, será ela apurada nos limites das leis penais, e esta apuração é responsabilidade da qual não abre mão o Governo brasileiro, porque é comprometido com o estado de direito, resultante desta luta. Nem os mais severos críticos do Governo Sarney poderão cometer a injustiça de negar que essa seja uma área em que os avanços no nosso País foram plenamente satisfatórios para as mais arrojadas reivindicações da sociedade civil.

Vive-se hoje no Brasil a plenitude do Estado democrático; vive-se a preservação das garantias individuais; vive-se o regime do pleno funcionamento das instituições democráticas.

Ninguém dará ao Governo José Sarney, como ninguém dará ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, lições de respeito aos direitos humanos no Brasil democrático da Nova República.

Por isso, Sr. Presidente, o respeito que se vota à Anistia Internacional, à sua luta contra as violações

dos direitos humanos — e eles ocorrem tantas vezes e tão freqüentemente como política oficial de Governo — não pode silenciar a voz do protesto, se se pretende fazer tábula rasa e incluir o Brasil no rol dos que não respeitam os direitos humanos, pela ocorrência de um episódio eventual, aqui ou ali, debitável sempre à ação individual e jamais a uma política de Governo. A política de Governo, ao contrário, é a da preservação do regime democrático, visando ao seu aprimoramento. Este é o compromisso do Governo José Sarney, do qual é um executor fidelíssimo o Ministro Paulo Brossard.